

Promessas pendentes

O novo presidente mexicano reconhece que o país vive um clima de angústia e insegurança e que falta percorrer um longo caminho para tornar efetiva uma autêntica democracia

Valeria Córdoba

“Uma nova democracia”, uma mudança radical do sistema judiciário, a moralização da atividade pública e o combate à pobreza foram os eixos de ação traçados pelo novo presidente do México, Ernesto Zedillo, ao tomar posse em 1º de dezembro passado. Deixando de lado qualquer linguagem triunfalista, o mandatário – um economista de 43 anos, formado em Harvard – reconheceu perante o Congresso os graves problemas pendentes no país, numa resposta às reivindicações feitas tanto pela oposição como por setores do próprio governo e da sociedade civil.

Na presença de 14 chefes de estado e membros de delegações especiais de 34 países – entre os quais se destacavam Fidel Castro, Al Gore e Felipe González –, Zedillo elogiou seu antecessor, Carlos Salinas, e evocou “com irremediável tristeza” a figura de Luis Donaldo Colosio, candidato presidencial do Partido Revolucionário Institucional (PRI) para a eleição de 21 de agosto até seu assassinato, em 23 de março.

O chefe de estado, cujo mandato será de seis anos, se comprometeu a seguir a via da negociação para resolver o problema criado a partir da eclosão do movimento guerrilheiro encabeçado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional no início de 1994 no sul do es-

tado de Chiapas. Também reafirmou sua disposição de eliminar as causas da violência e iniciar “uma nova negociação que nos leve a uma paz justa, digna e definitiva”. Assumiu o compromisso de que “o exército manterá unilateralmente o cessar-fogo” e precisou que “buscaremos por todos os meios chegar a um acordo baseado na concórdia, na democracia e nas oportunidades de desenvolvimento com equidade”.

Crimes sem castigo – Ao referir-se aos assassinatos do cardeal Juan Jesús Posadas Ocampo, em 1993, de Luis Donaldo Colosio e do secretário geral do PRI, José Francisco Ruiz Massieu, ambos mortos em 1994, Zedillo admitiu



Ernesto Zedillo: novas linhas de ação...? Ou simples promessas?

que nos últimos anos – sobretudo nos últimos meses – o México viveu um clima de angústia e insegurança. “Temos sofrido por causa de grandes crimes públicos, que não foram totalmente esclarecidos, e por um deficiente desempenho das instituições encarregadas da segurança pública e da aplicação da justiça”, assinalou. Zedillo foi interrompido por aplausos ao assumir como sua a reivindicação geral de “um sistema de justiça eficaz”. O mesmo aconteceu quando assegurou que não descansará até que sejam esclarecidos totalmente “os assassinatos de figuras de destaque da vida pública, que feriram profundamente a sociedade e dividiram os mexicanos”.

Acrescentou que empreenderá uma reforma profunda das instituições judiciárias, “onde a incompetência, a corrupção e a ruptura institucional são mais frequentes e causam maior dano para a segurança das pessoas”.

Quanto ao tema da democratização, Zedillo disse que “os avanços ainda não são suficientes”. Manifestou que se propõe a impulsionar “uma reforma eleitoral definitiva” para dar credibilidade e transparência aos processos de consulta popular, e convocou para essa tarefa todos os partidos e organizações civis. O novo presidente fixou como meta incluir na reforma “o financiamento aos partidos, o acesso aos meios de comunicação e a plena autonomia aos órgãos eleitorais”.

Os aplausos mais demorados aconteceram quando Ernesto Zedillo enfatizou que “o governo não é lugar para acumular riqueza”. Advertiu que “quem tem esse objetivo, deverá fazê-lo fora do meu governo e baseado na lei”.

“Os demônios estão soltos” – O México continua muito abalado pelas polêmicas em torno do assassinato do secretário geral do PRI, José Francisco Ruiz Massieu. A luta pelo poder entre os grupos políticos do governo veio à tona com a renúncia de Mario Ruiz Massieu, ex-subprocurador e irmão do dirigente morto, que se demitiu do cargo e do PRI por causa da “obstrução” de suas investigações sobre o sangrento episódio.

Segundo denunciou, o procurador Humberto Benítez Treviño (ministro da Justiça), o presidente do PRI, Ignacio Pichardo Pagaza, e sua secretária

“Nos últimos tempos, o México viveu um clima de angústia e insegurança. Grandes crimes públicos não foram esclarecidos e se comprovou um deficiente desempenho das instituições encarregadas da segurança pública e da aplicação da justiça”

geral (substituta da vítima), María de los Angeles Moreno, dificultaram a investigação do caso e avalizaram um pedido de licença falso do mandante do crime, o deputado priista Manuel Muñoz Rocha.

O homicídio aconteceu em 23 de setembro passado e o pedido de licença foi concedido uma semana depois, quando o autor material e 13 de seus cúmplices, todos eles presos, já haviam confessado que foi Muñoz quem mandou executá-lo. Segundo o investigador encarregado do caso, Muñoz foi só intermediário entre os principais autores intelectuais do assassinato, “um grupo político interno do PRI”, e os executores materiais, “mas sua prisão é chave para esclarecer o crime”.

O Partido da Revolução Democrática (PRD, oposição de centro-esquerda) apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de resolução para submeter

Benítez Treviño a julgamento político. Tanto o PRD como a principal força da oposição, o Partido Ação Nacional (PAN, de direita), exigiram que Mario Ruiz Massieu continuasse encarregado do caso do assassinato de seu irmão. Por sua parte, o ex-presidente Carlos Salinas elogiou os avanços feitos durante a investigação, mas colocou acima de qualquer suspeita a honradez de María de los Angeles Moreno durante um ato público onde a qualificou de “a mulher do ano”. Moreno atribuiu as acusações contra ela ao desejo de “aparecer” por parte do subprocurador e irmão de Massieu.

Benítez Treviño, por sua vez, assinalou que Ruiz Massieu não apresentou uma só prova de suas acusações e o desafiou a fazê-lo “diante da opinião pública”. Pichardo Pagaza rejeitou categoricamente “as declarações levianas e irresponsáveis do ex-subprocurador” e pediu que se dê continuidade ao processo que iniciou por suposta obstrução à justiça.

Mario Ruiz Massieu declarou à imprensa que as provas exigidas pelos acusados estão no expediente de sua investigação, que se encontra na Procuradoria de Justiça. Anunciou que se propõe a escrever um livro sobre o caso e criar “uma fundação para a democracia, um centro de diálogo e de estudo de caráter absolutamente pluralista”.

Assinalou que o assassinato de seu irmão e a obstrução das investigações “marcam a corrupção, decomposição e fim de um regime que não suporta a prova de uma real democratização”. A seu ver, o crime foi político e seus responsáveis são um grupo de influência ou uma corrente interna dentro do governo que está sendo protegida pelo poder. “Sou um candidato ideal para ser eliminado, porque sei muito e só tornei público cerca de 20% das coisas que conheço”, declarou o ex-subprocurador. Afirmou que “o poder da classe política priista foi mais forte que a vontade de verdade e justiça do presidente Carlos Salinas”.

Expressou esperança, mas também pouca fé, em que Zedillo leve até o fim a apuração que concluiu em sua primeira fase. “Os demônios estão soltos e triunfaram”, exclamou dramaticamente diante de toda a imprensa nacional e internacional reunida no auditório do Ministério da Justiça.